



Transcrição da Teleconferência
Fato Relevante – “Aquisição do Controle da Nossa Caixa”
Banco do Brasil (BBAS3 BZ)
24 de novembro de 2008

Operadora:

Bom dia a todos. Iniciamos neste momento a teleconferência “Aquisição do Controle da Nossa Caixa”. Todos os participantes estão conectados apenas como ouvintes, e mais tarde será aberta a sessão de perguntas e respostas, quando serão dadas as instruções para participação.

Caso precise da ajuda de um operador durante a teleconferência, basta teclar *0. Cabe lembrar que esta teleconferência está sendo transmitido ao vivo pelo Portal BB, no endereço www.bb.com.br, site de Relações com Investidores, onde há, inclusive, a possibilidade de visualizar os slides e enviar perguntas que serão respondidas na sessão de perguntas e respostas, ou posteriormente por e-mail.

Antes de prosseguir, gostaria de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante esta teleconferência, relativas às perspectivas dos negócios do Banco, projeções e metas operacionais e financeiras constituem-se em meras previsões baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro do Banco. Estas expectativas são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do País, do setor e dos mercados internacionais, portanto, estão sujeitas a mudanças.

Conosco hoje estão os senhores: Aldo Luiz Mendes, Vice Presidente de Finanças, Mercado de Capitais e Relações com Investidores; e Marco Geovanne Tobias da Silva, Gerente Geral de Relações com Investidores.

Ao final, os executivos responderão as questões formuladas.

Agora passo a palavra ao Sr. Aldo. Por favor, Sr. Aldo, pode prosseguir.

Aldo Luiz Mendes:

Muito obrigado. Bom dia a todos. Eu quero registrar aqui que os últimos tempos têm sido muito importantes para o Banco do Brasil, e agora especialmente, pela aquisição do controle acionário do Banco Nossa Caixa.

No dia 20 de novembro último, nós celebramos um memorando de entendimentos com o Governo do Estado de São Paulo para aquisição de 71,25% do capital social da Nossa Caixa, ao preço de R\$5,4 bilhões, resultando em R\$70,63 por ação.

O valor envolvido na transação equivale ao múltiplo preço/valor patrimonial de 2,36x. A forma de pagamento desse investimento prevê 18 parcelas mensais em espécie a partir de março de 2009, no valor de R\$299,2 milhões.

O valor da operação foi calculado com base em avaliação econômico-financeira elaborada por consultores contratados pelo Banco do Brasil, a qual levou em consideração, entre outras metodologias, as perspectivas de rentabilidade futura, o fluxo de caixa descontado da Nossa Caixa e parte das sinergias a serem capturadas.

Eu quero destacar aqui a importância das oportunidades de criação de valor para os nossos acionistas, que estão embutidos nessa transação. Atualmente, somos o quarto banco em São Paulo, e a aquisição do controle da Nossa Caixa é uma oportunidade única para o Banco do Brasil aumentar significativa e rapidamente a sua presença no estado mais rico do País, o que seria virtualmente impossível por meio de uma



Transcrição da Teleconferência
Fato Relevante – “Aquisição do Controle da Nossa Caixa”
Banco do Brasil (BBAS3 BZ)
24 de novembro de 2008

estratégia de crescimento orgânico, como vinha sendo a estratégia do Banco do Brasil até agora.

Além disso, é muito interessante a complementaridade e a baixíssima sobreposição existente entre os dois bancos. Nós acreditamos que será possível capturar ganhos significativos com a transação, especialmente através da potencial rentabilização da base de clientes e da captação muito atrativa da Nossa Caixa.

Com a transação, conquistaremos a liderança em São Paulo e poderemos oferecer para os clientes da Nossa Caixa a nossa ampla gama de produtos e serviços, contando com sua bem posicionada rede de atendimento e absorção de sua força de vendas. Isso quer dizer que, somados os esforços que já empreendemos naquele estado, nós temos todas as condições de rentabilizar o relacionamento com esses clientes.

É importante frisar que a aquisição do controle acionário da Nossa Caixa está sujeita a aprovação de lei autorizadora pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, e que considerando a natureza jurídica da economia mista de ambas as Companhias envolvidas, e para preservação do adequado interesse público, o memorando de entendimentos prevê a posterior incorporação societária da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil, com a manutenção da prestação de serviços para o Estado de São Paulo.

Como se trata de uma aquisição societária em espécie, a transação implicará na contabilização de ágio no balanço do Banco do Brasil, o que gerará benefícios fiscais pela amortização desse ágio, após a efetivação da incorporação. Em obediência a legislação vigente, divulgaremos maiores detalhes da operação em momento oportuno.

De toda forma, conforme regulamento do Novo Mercado, será oferecido aos acionistas minoritários da Nossa Caixa o mesmo preço acordado com o Governo do Estado de São Paulo. Registro ainda a nossa satisfação por realizar um negócio que será muito bom para o Banco e os *stakeholders* de ambas as instituições.

Eu queria agora, então, passar a palavra para o Geovanne, que vai percorrer os slides da apresentação, onde nós detalhamos a transação.

Marco Geovanne Tobias da Silva:

Obrigado, Aldo. Bom dia a todos. Vamos então iniciar os slides, pulando para o slide número quatro, onde nós trazemos os detalhes da transação com a Nossa Caixa.

Como vocês já sabem, estamos adquirindo do Estado de São Paulo o controle acionário da Nossa Caixa, pela alienação de 71,25% do capital total, pelos quais pagaremos R\$5,4 bilhões, em 18 parcelas mensais de R\$299 milhões, a partir de março do ano que vem. Este valor será corrigido pela taxa Selic a partir da data de assinatura do memorando de entendimentos até o seu efetivo pagamento, data essa que foi de 20 de novembro de 2008.

O preço da transação equivale a R\$70,63 por ação, e a um múltiplo preço/valor patrimonial de 2,4x, abaixo do múltiplo histórico do Banco do Brasil, a partir da sua adesão ao Novo Mercado, em junho de 2006, que foi de 2,7x.



Transcrição da Teleconferência
Fato Relevante – “Aquisição do Controle da Nossa Caixa”
Banco do Brasil (BBAS3 BZ)
24 de novembro de 2008

As condições precedentes para a concretização da transação são a aprovação da Lei autorizativa, conforme já mencionou o Aldo, e também aprovação do Banco Central. Além disso, conforme regulamento do Novo Mercado, nós ofereceremos uma OPA de *tag-along* aos acionistas minoritários da Nossa Caixa, no mínimo com os mesmos termos acordados com o Governo de São Paulo, tanto em relação a preço, quanto a prazo.

Passando agora para o slide número seis, seguimos para a sessão dois da apresentação, onde vamos falar das estratégias que adotamos para garantir o crescimento do Banco do Brasil e as oportunidades que o cenário atual nos traz.

De um lado, vemos nesse slide que o Sistema Financeiro Nacional vem passando, nos últimos anos, por um processo progressivo de concentração e consolidação de grandes grupos financeiros. Com 75% dos depósitos totais atualmente concentrados com os cinco maiores bancos do sistema, enquanto que, há pouco mais de uma década, esse mesmo grupo concentrava 59% dos depósitos.

Atualmente, esse movimento de concentração do Sistema Financeiro Nacional passa por uma aceleração, em função da crise financeira internacional, manifestada principalmente pela falta de liquidez, o que provocou a liberação de compulsório e outras medidas para incentivar os grandes bancos a fazerem aquisições de carteiras de crédito. Além disso, a evolução do crédito no País apresenta novo patamar de crescimento nos últimos anos, acima dos 21%.

Para 2009, é esperado que haja uma diminuição no ritmo de crescimento do crédito no País; porém, acreditamos que seja um efeito conjuntural, e que o crédito continuará apresentando taxas de crescimento positivas. Assim, estando a indústria bancária brasileira em um ciclo propício para a busca de maior escala e ganhos de eficiência e rentabilidade, o Banco do Brasil tem tomado uma série de medidas para aproveitar essas oportunidades, e continuar crescendo.

Em complemento às estratégias adotadas para crescimento orgânico, o Banco do Brasil tem realizado movimentos para incorporação de bancos estaduais, robustecido sua estratégia de compra de folhas de pagamento e carteiras de crédito; e, além disso, com a edição da Medida Provisória 443, tem avaliado interesse na aquisição de participação acionária de outras instituições financeiras. Dessa forma, a compra do controle acionário da Nossa Caixa vem se somar aos nossos esforços para garantir o crescimento estratégico do Banco do Brasil.

No slide número sete, nós podemos verificar como a aquisição da Nossa Caixa configura-se como mais um passo importante no plano de crescimento e criação de valor do Banco do Brasil. Ela é uma oportunidade ímpar de aquisição, em função de sua forte presença no Estado de São Paulo, que é estratégico por sua força econômica, com 31% do PIB nacional e mais de 40 milhões de habitantes, e onde o Banco do Brasil, sozinho, levaria muitos anos para alcançar o tamanho de seus principais concorrentes.

Segundo nossa área de logística, abrir uma nova agência em São Paulo demora, em média, dois anos e meio. A Nossa Caixa está entre os maiores bancos do País, sendo o sétimo banco em depósitos, com captação estável e barata, especialmente os depósitos judiciais, além de ser o agente financeiro do Estado de São Paulo.



**Transcrição da Teleconferência
Fato Relevante – “Aquisição do Controle da Nossa Caixa”
Banco do Brasil (BBAS3 BZ)
24 de novembro de 2008**

Outros destaques de Nossa Caixa são as oportunidades de rentabilização da base de clientes, com ampla presença de servidores estaduais e a extensa rede de atendimento. Entendemos que, ao comprar o controle acionário da Nossa Caixa, estamos comprando não só ganhos de escala, mas, principalmente, sinergias de receita no maior estado brasileiro.

No slide número oito, nós podemos ver o resultado combinado da operação Banco do Brasil e Nossa Caixa, com a soma dos grandes números desses dois Bancos. Com a concretização da transação, o total dos ativos do Banco do Brasil deverá superar R\$512 bilhões, um incremento de 12%. O volume de depósitos crescerá 15%, crédito, 6%, e recursos de terceiros, 11%.

Observem que o Banco do Brasil deverá expandir em 13% sua rede de agências no País, e em mais de 38% sua presença no Estado de São Paulo, onde passará a ser líder no total de pontos de atendimento. Além disso, a transação irá adicionar 5,7 milhões de clientes ao Banco do Brasil, um acréscimo de 12% em relação à base total do Banco e de mais de 100% em relação à base de correntistas que o Banco do Brasil detém em São Paulo.

O índice de Basiléia, segundo nossas estimativas iniciais, sofrerá redução em cerca de 80 b.p., atingindo 12,8%; acima, portanto, do mínimo requerido pelo Banco Central, que é de 11%.

Seguindo com a apresentação, passamos agora para a sessão três, onde explicamos o racional da aquisição da Nossa Caixa pelo Banco do Brasil. No slide dez, nós podemos ver que, dado o cenário de crescente consolidação bancária, o Banco do Brasil precisa continuar crescendo e ganhar escala, e a Nossa Caixa, sendo o sétimo maior banco em depósitos totais, o nono maior banco em ativos, e o décimo maior grupo em termos de carteira de crédito, é a chave; isso já considerados os recentes movimentos de consolidação do Sistema Financeiro Nacional.

Para aumentar nossa presença no Estado de São Paulo e fortalecer nossa franquia na região, onde a competição bancária é a mais acirrada, a Nossa Caixa é a solução, pois possui a quinta maior rede de agências no Estado de São Paulo. Suas 552 agências, somadas às do Banco do Brasil, responderão por 21,4% das agências no Estado de São Paulo. Além disso, a sua rede de atendimento apresenta alta complementaridade com a do Banco do Brasil.

Para ampliar nossa base de clientes e depósitos na região, a Nossa Caixa é a melhor opção, pois apresenta baixa penetração de produtos bancários na base de clientes, e uma ampla e estável base de depósitos judiciais e de poupança, com custos muito atrativos.

Como podemos ver, a aquisição da Nossa Caixa cai como uma luva na estratégia do Banco do Brasil para crescer no Estado de São Paulo, oferecendo aos nossos acionistas grandes oportunidades de captura de sinergias. Sinergias estas que podem ser capturadas rapidamente caso o Banco do Brasil aumente a alavancagem do Banco, com o aumento do crédito, amplie a rentabilização da base de clientes e melhore a eficiência com redução dos custos e aumento das receitas.

De fato, ao analisarmos o tamanho dos bancos no Estado de São Paulo, nós percebemos, no slide de número 11, que a oportunidade de alçarmos o Banco do Brasil como a maior rede bancária na região é impar, com a aquisição da Nossa



Transcrição da Teleconferência
Fato Relevante – “Aquisição do Controle da Nossa Caixa”
Banco do Brasil (BBAS3 BZ)
24 de novembro de 2008

Caixa. Com essa aquisição, o número de agências do Banco aumentará praticamente 72%.

Mesmo considerando os recentes movimentos de consolidação, o Banco do Brasil com a Nossa Caixa formará a maior rede de agências do Estado de São Paulo, com um total de 1.324 agências, ficando 7% acima da segunda maior rede no Estado.

Outro ponto atrativo na operação é a base expressiva de depósitos da Nossa Caixa, que é pouco rentabilizada. No slide de número 12, nós fazemos uma análise da captação dos principais bancos brasileiros. Atualmente, os depósitos judiciais são a fonte mais rentável de captação para os bancos; além de possuírem remuneração semelhante a da poupança, esses depósitos, pela sua natureza, não possuem compulsório e nem exigibilidade.

O Banco do Brasil encerrou setembro com R\$32,7 bilhões em depósitos judiciais, capturados de diversos tribunais espalhados pelo País. A Nossa Caixa, por sua vez, possui R\$15,8 bilhões apenas com o Tribunal de Justiça de São Paulo. Essa operação permitirá então, ao Banco do Brasil, crescer sua base de depósitos judiciais em 48%.

Além disso, ao analisarmos as duas bases de captação juntas, podemos perceber que entre os principais *players* do mercado, Banco do Brasil e Nossa Caixa possuem o maior volume de depósitos de menor custo, em torno de R\$159 bilhões. Quando confrontamos essa imensa base de captação com o volume de crédito gerado no negócio, podemos ver que a relação crédito/depósitos de menor custo no Banco do Brasil com a Nossa Caixa é de 135%, enquanto que nos demais bancos, essa relação supera 250% no Bradesco, por exemplo, chegando a atingir 372% no Itaú com Unibanco, e de 400% no Santander/Real. Esse indicador confirma a nossa visão de que a incorporação da Nossa Caixa permite ao Banco do Brasil ampliar ainda mais o crédito.

Outro ponto que justifica a aquisição é a complementaridade dos dois bancos, conforme pode ser visto no slide número 13. A sobreposição da rede de atendimento da Nossa Caixa com a do Banco do Brasil é baixa, em média inferior a 10%, sendo que a maior sobreposição acontece na região metropolitana de São Paulo, com 26%.

Isso significa que a probabilidade de termos muita sobreposição de clientes é pequena. Por um lado, teremos a oportunidade de capturar um pouco de sinergias de custo com a otimização da rede de atendimento, principalmente na região metropolitana de São Paulo; mas por outro lado, temos a possibilidade de ampliar em 16% as receitas de serviços por cliente, ao implantarmos na base de correntistas da Nossa Caixa o modelo de segmentação do Banco do Brasil, que tem nos permitido obter, em média, R\$170 de receitas com serviços por cliente, enquanto que na Nossa Caixa esse valor é de R\$146.

Cabe destacar aqui que quase um terço da base de clientes da Nossa Caixa é formada por funcionários públicos, e que 36% dos clientes possuem renda mensal entre R\$800 e R\$4 mil, e 6,5% da base de clientes possui renda mensal acima de R\$4 mil.

Seguindo para a sessão de número quatro, nós gostaríamos agora de explorar os benefícios que esperamos obter com a aquisição do controle da Nossa Caixa.



Transcrição da Teleconferência
Fato Relevante – “Aquisição do Controle da Nossa Caixa”
Banco do Brasil (BBAS3 BZ)
24 de novembro de 2008

Acreditamos que o Banco do Brasil tem um potencial de capturar sinergias com essa aquisição, principalmente por meio de seis fontes, conforme detalhadas no slide número 15.

Em primeiro lugar, expansão da carteira de crédito, dada a baixa alavancagem da Nossa Caixa.

Em segundo lugar, ampliação dos serviços, dada a pouca rentabilização e pequena penetração de produtos e serviços na base de clientes da Nossa Caixa.

Em terceiro lugar, melhoria da qualidade de crédito, ao introduzirmos os padrões, as metodologias e os sistemas de análise de risco de crédito do Banco do Brasil na Nossa Caixa.

Quarto lugar, otimização de despesas, ao integrarmos nossas estruturas de TI, promovermos a readequação das redes e do pessoal, entregarmos o *back office*, e centralizarmos as contratações de serviços terceirizados e de material.

Em quinto lugar, ganhos de eficiência com a melhoria da produtividade e ganhos de escala ao trazermos a Nossa Caixa para o modelo operacional do Banco do Brasil.

Em último lugar, não podemos esquecer de mencionar o benefício fiscal trazido pelo ágio, que poderia impactar nossas despesas de Imposto de Renda e contribuição social em cerca de R\$1,8 bilhão, ao longo de cinco anos de amortização, benefício esse que seria obtido após a incorporação da Nossa Caixa.

Nos próximos slides, nós buscaremos trazer para vocês algumas estimativas de ganhos e de sinergia esperados com a aquisição da Nossa Caixa.

A primeira grande sinergia é o potencial de expansão da carteira de crédito, utilizando a atrativa captação da Nossa Caixa, que se encontra pouco alavancada. Atualmente, a Nossa Caixa possui 79% de sua captação em depósitos judiciais e de poupança, altamente pulverizados e com custo bastante atrativo, e sua relação crédito/depósitos totais é de apenas 33,8%, contra 88% no Banco do Brasil, o que a levaria a aplicar em torno de R\$28,4 bilhões de suas captações em títulos que rendem por volta de CDI.

Dessa forma, em um breve exercício de sinergia potencial, ao cruzarmos o possível aumento da penetração de crédito na base de clientes pessoa física da Nossa Caixa, trazendo para os níveis atuais da relação crédito/depósitos totais do Banco do Brasil, nós podemos inferir que: se assumirmos que o Banco conseguirá fazer com que a Nossa Caixa atinja o mesmo nível de crédito sobre depósitos do Banco do Brasil, em torno de 88%, nós teríamos que mudar o *mix* de ativos, retirando R\$18 bilhões aplicados em títulos de valores mobiliários, e destinando esses recursos para aplicação em crédito.

Se assumirmos que esses recursos sejam integralmente aplicados no financiamento ao consumo, e adotando como *proxy* de spread médio aquele obtido pelo Banco do Brasil na sua carteira de consignado, que hoje tem uma taxa média de aplicação de 2,5% ao mês, e abatendo o risco médio obtido pelo Banco do Brasil na sua carteira de pessoas físicas, risco este de 6,3% em setembro de 2008, nós verificamos que, já descontado o custo de oportunidade do CDI e as provisões de crédito, se poderia capturar um ganho bruto da ordem de R\$2 bilhões ao ano na margem financeira do Banco do Brasil, ou de R\$1,4 bilhão ao ano, líquido de impostos.



Transcrição da Teleconferência
Fato Relevante – “Aquisição do Controle da Nossa Caixa”
Banco do Brasil (BBAS3 BZ)
24 de novembro de 2008

Obviamente, não esperamos que isso aconteça no primeiro momento, mas acreditamos que, gradualmente, poderemos equalizar o nível de depósitos por empréstimo da Nossa Caixa ao do Banco do Brasil.

Partindo do pressuposto que traremos a relação crédito/depósitos da Nossa Caixa para os patamares do Banco do Brasil, no slide 17 nós fizemos um exercício de captura potencial de sinergias com crédito para três cenários.

O primeiro, assumindo que aplicaremos a expansão do crédito da Nossa Caixa a um spread semelhante ao obtido pela carteira de crédito do Banco do Brasil nos 9M08, nessa hipótese nós poderíamos agregar ao resultado da Nossa Caixa ganhos líquidos de impostos de R\$782 milhões ao ano.

No segundo cenário, fizemos o mesmo exercício, mas considerando que essa expansão de crédito aconteça eminentemente na carteira de consignado a pessoas físicas, cujo spread líquido de provisão no mercado é em torno de 11% ao ano. Nessa hipótese, poderíamos então obter ganhos líquidos de impostos de até R\$1,2 bilhão.

Como último exercício, estimamos quanto que seria o ganho, caso a expansão de crédito na Nossa Caixa se desse apenas na carteira comercial, em empréstimos para grandes e médias empresas, cujo spread líquido de provisão é bem menor. Por conservadorismo, adotamos aqui um spread de 4%. Nessa hipótese, o Banco do Brasil poderia auferir ganhos líquidos de impostos da ordem de R\$440 milhões.

O segundo grande ponto de sinergia é o potencial de ganhos pela geração de receita com serviços. A baixa penetração de produtos na base de clientes da Nossa Caixa está refletida no percentual das receitas com serviços sobre as receitas totais, que gira em torno de 20%, enquanto esse número no Banco do Brasil fica em torno de 30%.

Assumindo que as receitas de serviços da Nossa Caixa, como percentual das receitas totais, atinjam 25%, poderiam ser capturados ganhos com a mudança do *mix* das receitas brutas da ordem de R\$130 milhões ao ano. É importante salientar que, em todos os segmentos de clientes, o Banco do Brasil apresenta maior quantidade de produtos por cliente do que a Nossa Caixa.

Dois bons exemplos de possibilidade de ganhos com penetração de produtos na base de clientes correntistas pessoas físicas da Nossa Caixa, são dados pelas quantidades de cartão de crédito e recursos administrados sobre essa base. Enquanto no Banco do Brasil o número de cartões de crédito corresponde a 89% da base de correntistas pessoas físicas, e o saldo de recursos de terceiros corresponde a R\$9,10 por cliente dessa base, na Nossa Caixa esses valores são de 54% e R\$8,50 respectivamente, o que nos dá uma boa margem para ganhos potenciais.

Passando para o slide 19, outro ponto de sinergia a considerar é o potencial de melhoria de qualidade da carteira de crédito da Nossa Caixa, pela adoção das práticas de políticas de crédito e risco do Banco do Brasil, com a conseqüente redução da relação provisões sobre carteira de crédito. Acreditamos que à medida que alavancarmos a carteira de crédito da Nossa Caixa com os novos empréstimos, o nível de provisionamento dessa carteira irá se ajustar ao padrão Banco do Brasil.

No slide número 20, nós apresentamos a combinação de dois pontos que consideramos fontes potenciais de sinergia: a otimização de despesas, com os



Transcrição da Teleconferência
Fato Relevante – “Aquisição do Controle da Nossa Caixa”
Banco do Brasil (BBAS3 BZ)
24 de novembro de 2008

conseqüentes ganhos de eficiência. Esperamos que a otimização de despesas aconteça principalmente pela integração de sistemas, aumento da automação na operação e melhoria de processos. Por outro lado, como falamos nos slides anteriores, esperamos incrementar substancialmente as receitas.

Assim, para vislumbrarmos as sinergias de eficiência, simulamos o potencial de ganhos que poderiam ser gerados pela aproximação do patamar de eficiência da Nossa Caixa aos níveis atuais do Banco do Brasil. Caso a eficiência da Nossa Caixa melhorasse para 60%, por exemplo, o Banco do Brasil poderia capturar cerca de R\$239 milhões de ganhos líquidos, com redução do múltiplo preço/lucro da transação para 9,2x.

Na melhor das hipóteses, caso trouxéssemos a eficiência da Nossa Caixa para o patamar do Banco do Brasil, cerca de 46%, os ganhos potenciais com a eficiência somariam R\$593 milhões líquidos de impostos, reduzindo o múltiplo preço/lucro da transação para 6,4x.

Vale lembrar que o patamar de eficiência do Banco do Brasil leva em conta todas as suas operações no País e exterior. Ao analisarmos a atuação do Banco do Brasil apenas no estado de São Paulo, esse indicador é ainda melhor, em torno de 41%; ou seja, considerando que a operação da Nossa Caixa é localizada eminentemente no estado de São Paulo, temos condições de buscar a melhoria de sua eficiência para o patamar que hoje já possuímos em nossa rede no Estado, e isso poderia implicar ganhos líquidos de impostos em cerca de R\$700 milhões.

Por último, eu gostaria de mencionar outro ganho potencial com a transação, que é o benefício fiscal obtido com a amortização do ágio. Essa questão ainda está em discussão, mas esse benefício é de cerca de R\$300 milhões ao ano, por um prazo de até cinco anos, o que totalizaria perto de R\$1,8 bilhão, e o que reduziria o múltiplo preço/valor patrimonial da transação para 1,9x.

Como podemos ver, as oportunidades de captura de sinergias que a aquisição da Nossa Caixa traz ao Banco do Brasil são inúmeras. No slide 21, buscamos avaliar o impacto da transação no lucro por ação. A soma dos lucros estimados pelo mercado, aqui o consenso é da Bloomberg, para os dois Bancos, em 2009, é de R\$6,7 bilhões, já descontado aí o custo de oportunidade, que é a taxa Selic, sobre o caixa total da transação, proporcional aos desembolsos previstos no cronograma de pagamento.

A princípio, a operação dilui o lucro por ação do Banco do Brasil estimado para 2009 em apenas 2%. Se o Banco do Brasil não conseguisse capturar nenhuma sinergia em 2009, o lucro por ação do Banco do Brasil cairia de R\$2,65 para R\$2,61; caso as estimativas de resultado recorrente do Banco do Brasil e da Nossa Caixa permanecessem inalterados, é claro.

Por outro lado, para se equilibrar essa equação e manter estável o lucro por ação, o Banco do Brasil teria, então, que conseguir capturar sinergias líquidas de impostos a partir de 2009 de, no mínimo, R\$100 milhões. Extrapolando esse raciocínio para 2010, nós precisaríamos gerar sinergias no montante de R\$203 milhões, para não diluir o lucro por ação no período, que seria, então, de R\$3.

Mesmo em cenários conservadores, estimamos ganhos anuais líquidos superiores a R\$200 milhões ao ano em uma base recorrente. Assim, não só vislumbramos a



Transcrição da Teleconferência
Fato Relevante – “Aquisição do Controle da Nossa Caixa”
Banco do Brasil (BBAS3 BZ)
24 de novembro de 2008

manutenção do lucro por ação do Banco do Brasil, como esperamos incremento desse indicador após os 18 meses previstos para integração dos negócios.

No slide 22, fazemos algumas comparações entre o desempenho do Banco do Brasil no Estado de São Paulo, e o da Nossa Caixa. Como podemos ver a base de clientes do Banco no Estado, é praticamente igual à base de clientes da Nossa Caixa, 5,9 milhões e 5,7 milhões de clientes respectivamente. Todavia, a penetração de crédito no portfólio do Banco do Brasil naquela região é bem maior do que na Nossa Caixa. O volume de crédito do Banco no Estado é de R\$44,6 bilhões, enquanto a carteira de crédito da Nossa Caixa é de apenas R\$11,5 bilhões.

A relação crédito sobre clientes no Banco do Brasil é R\$7.570, enquanto que na Nossa Caixa é de apenas R\$2 mil. Ou seja, no Estado de São Paulo, o Banco do Brasil empresta 3,8x mais à sua clientela do que a Nossa Caixa. Esse indicador deixa claro que o Banco do Brasil possui condições de ampliar a aplicação em crédito junto aos clientes da Nossa Caixa, dada a sua expertise no Estado de São Paulo. Essa ampliação pode se dar em diferentes carteiras seja no financiamento ao consumo, no capital de giro para empresas, investimentos, comércio exterior, ou até mesmo no financiamento imobiliário.

A tabela à direita do slide simula, então, os ganhos potenciais que o Banco do Brasil poderia capturar com a expansão do crédito junto à base de clientes da Nossa Caixa em 2009, considerando diferentes cenários de aumento de volume médio de crédito e de spread, com conseqüente impacto no lucro por ação.

Como exemplo, poderíamos focar a expansão no crédito ao consumo. Adotando spread médio de 11%, pós-provisão, spread este bem conservador para uma carteira de pessoas físicas, seria necessário expandir a carteira de crédito da Nossa Caixa no próximo ano em R\$4 bilhões, o que corresponderia a um volume médio de novos créditos de R\$2 bilhões no período, e um saldo final, na carteira de crédito da Nossa Caixa em 2009, de R\$15,5 bilhões, um crescimento de 35% em relação aos níveis atuais. Esse desempenho representaria ganhos líquidos de R\$632 milhões, e aumentaria o lucro por ação de R\$2,65 para R\$2,66.

Caso a desaceleração da economia impactasse o crescimento do crédito a consumo, nós poderíamos estimar a expansão do crédito da Nossa Caixa em 25% em 2009, por exemplo. Neste caso, o saldo da carteira passaria de R\$11,5 bilhões para R\$14,4 bilhões, com saldo médio de ingressos de R\$1,5 bilhão. Com isso, teríamos ganhos líquidos da ordem de R\$95, a um spread de 11% ao ano, mantendo o lucro por ação do Banco do Brasil praticamente estável.

Como vocês puderam ver, é indiscutível a importância estratégica da aquisição do controle da Nossa Caixa para o Banco do Brasil, seja em função do fortalecimento do Banco do Brasil no Estado de São Paulo, seja nas sinergias de receitas e custos a capturar ao longo do tempo.

Todavia, gostaríamos, na lâmina 23, de tecer alguns comentários sobre o timing e o preço da operação. O momento atual é propício para que o Banco do Brasil faça essa movimentação estratégica, apesar da crise que atingiu os mercados e deprimiu os preços dos ativos em escala global. Primeiro, porque a vontade política do atual acionista controlador da Nossa Caixa, de vendê-la para o Banco do Brasil, por si só, cria oportunidade única para que concretizemos a operação.



Transcrição da Teleconferência
Fato Relevante – “Aquisição do Controle da Nossa Caixa”
Banco do Brasil (BBAS3 BZ)
24 de novembro de 2008

Em tese, a cada quatro anos, há mudança nas forças políticas que ocupam os governos estaduais. Sendo assim, não temos garantia de que, caso abrissemos mão do negócio agora, o próximo Governo do Estado de São Paulo estaria disposto a vender a Nossa Caixa para o Banco do Brasil, pois poderiam optar por privatizá-la, e, com isso, impossibilitar a participação do Banco do Brasil, no leilão de privatização.

Em segundo lugar, a Medida Provisória 443 abre uma janela de oportunidades para o Banco do Brasil adquirir ativos públicos ou privados por meio de pagamento em dinheiro. Todavia, essa janela possui prazo para acabar, 2011; sendo assim, não saberíamos dizer quando ou mesmo se poderíamos aproveitar situação semelhante no futuro.

Em terceiro lugar, com a crise internacional, a consolidação do setor bancário no mundo e no Brasil se intensificou. Caso o Banco do Brasil não aproveite as oportunidades de crescimento inorgânico, ele fatalmente perderá participação de mercado, e o poder de barganha que possui como líder. E quando a economia se restabelecer, ele terá perdido musculatura para competir com os demais *players* do mercado.

Dessa forma, acreditamos que o preço pago pela Nossa Caixa não reflete a baixa rentabilidade desse ativo atualmente, muito pelo contrário. O preço pago reflete o valor estratégico do ativo para o Banco do Brasil, e as expectativas de ganhos futuros com a melhoria na gestão naquele banco.

O preço pago está em linha com a média dos múltiplos de transações precedentes, como pode ser visto na tabela abaixo, à esquerda. A maioria delas apresenta múltiplos preço/valor patrimonial maiores do que 2x, e a média das aquisições no setor, nos últimos anos, foi de 2,4x.

Para finalizar, considerando o comportamento do mercado acionário nos últimos meses e o atual cenário da indústria bancária, em que o acirramento de competitividade se apresenta feroz, até a avaliação desse negócio, apenas a consideração de um múltiplo poderia ensejar em um conservadorismo autofágico para o Banco do Brasil, que perderia a atual onda de consolidação do Sistema Financeiro Nacional e a janela de oportunidades para tomar a liderança no Estado de São Paulo.

Passando agora para a sessão número cinco, no slide 24, temos o cronograma indicativo com os próximos passos, a partir da assinatura do memorando de entendimentos entre o Banco do Brasil e o Governo do Estado de São Paulo, que ocorreu na última quinta-feira, dia 20 de novembro.

Dentre outros passos detalhados no slide, teremos a assinatura do contrato de compra e venda de participação acionária, a convocação de Assembléia Geral Extraordinária do Banco do Brasil, a divulgação de Fato Relevante com os detalhes do contrato, e as informações relativas à OPA de *tag-along*, as aprovações da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e do Banco Central, além do fechamento e liquidação financeira da operação, previstos para março de 2009.

Por último, na sessão seis, passando para a lâmina 27, trazemos algumas conclusões que resumem porque a Nossa Caixa é um ativo único para o Banco do Brasil. Essa transação representa um passo muito importante no nosso plano de crescimento, sempre no sentido da criação de valor e da sustentabilidade dos negócios ao longo do tempo.



Além disso, com a operação será possível ao Banco do Brasil ampliar e consolidar sua presença no Estado de São Paulo, um dos mais importantes do país, com participação de mais de 30% no PIB nacional, além de reforçar a nossa posição de líder na indústria financeira brasileira.

Resumidamente, a combinação de ativos altamente complementares, a melhoria no atendimento aos clientes das duas instituições, tanto por meio da ampliação da rede de atendimento quanto do portfólio de produtos e serviços a serem oferecidos, e a expansão da base de captação do Banco do Brasil, representam um potencial significativo de captura de sinergias.

Todos esses fatores somados ratificam nossa estratégia de crescimento e posicionamento no mercado, e vão ao encontro, como já falamos anteriormente, de nosso objetivo: gerar valor para os acionistas, com sustentabilidade e benefícios para clientes e funcionários de ambas as instituições.

Eram essas as informações que eu gostaria de apresentar, e agora estamos à disposição para a sessão de perguntas e respostas.

Carlos Macedo, Goldman Sachs:

Bom dia, parabéns pela aquisição. Obrigado por terem feito *disclosure* dessa apresentação, tem bastante informação interessante aqui para gente analisar.

A primeira pergunta se refere à capitalização. 12,8% de Basiléia, sem a incorporação da Nossa Caixa. Eu queria saber para onde vai essa Basiléia, se já tem algum estudo, se ela vai subir após a incorporação por causa do ágio, se tem algum efeito que a gente pode esperar de uma Basiléia mais alta, e se uma Basiléia nesse patamar interfere com os planos de crescimento do Banco do Brasil, tendo em vista que o potencial de crescimento de crédito vai para R\$50 bilhões, que tendo visto como o Banco do Brasil vem crescendo ultimamente, não é necessariamente uma folga muito grande.

E a segunda pergunta é sobre a integração. Tendo em vista que é a aquisição de maior vulto que vocês já fizeram, quais são os próximos passos da integração? Não passos de aprovação regulamentar, mas dentro do Banco, para integrar as operações mesmo. Vai-se ter um Comitê, como é que vai ser feito, qual a expectativa, quem vai participar? Para a gente entender quando a gente pode esperar que venham essas sinergias.

Aldo Luiz Mendes:

Para responder a sua primeira questão, sobre Basiléia, eu vou passar a palavra para o Renê Sanda, que é o nosso Diretor de Risco, e na seqüência eu falo um pouco do nosso plano para integração.

Renê Sanda:

Sobre o K da Basiléia, de fato ele reduz para 12,8%, e na nossa opinião, isso não prejudica o crescimento da carteira de crédito. Para comprovar isso, a gente tem que olhar o resultado histórico do Banco, que tem gerado lucros recorrentes na faixa de R\$6 bilhões ao ano.



R\$6 bilhões ao ano permitem uma alavancagem anual, um crescimento anual de R\$43 bilhões na carteira de varejo. Então a gente acha temos ainda espaço suficiente, sem considerar que 12,8% está 1,8 p.p. acima do K mínimo, exigido pelo Banco Central.

Então não vejo com grandes preocupações a questão de capitalização do Banco.

Carlos Macedo:

Não tem nenhuma implicação em dividendo?

Aldo Luiz Mendes:

Não necessariamente. Essa é uma questão que a gente ainda não tem nenhuma decisão tomada. A princípio continua o *payout* de 40%, mas é também uma possibilidade. Existem outras possibilidades; essa é uma possibilidade, a possibilidade de um instrumento híbrido a ser colocado pelo próprio acionista controlador é outra possibilidade, mas tudo isso, em havendo necessidade. Pelo que o René está colocando, só o crescimento do lucro a partir do K que nós já temos hoje, não vai haver necessidade de a gente partir para outras alternativas que não o próprio crescimento orgânico da base de capital.

Mas é claro que alternativas, como mexer no *payout*, e/ou examinar a possibilidade de emissão de um instrumento híbrido a ser vendido, por exemplo, para o acionista controlador, são coisas que estão na linha para serem examinadas.

Carlos Macedo:

Mas Aldo, perdão pressionar um pouco aqui, está todo mundo preocupado com o nível de capitalização agora no exterior; é claro que no Banco do Brasil a preocupação é um pouco menor, mas ainda, o Nível 1 de capitalização do Banco do Brasil, dos bancos grandes aqui do Brasil, é o menor. Está abaixo de 10, enquanto a maioria dos outros está acima de 11. O instrumento híbrido não ia, necessariamente, resolver isso no curto prazo. Quer dizer que está tudo sobre estudo, inclusive uma redução dos dividendos?

Marco Geovanne Tobias da Silva:

Mas o importante dizer, Macedo, é que de que para efeito de Basiléia, o que o Banco Central leva em consideração é o Tier 1 com o Tier 2. E o Banco do Brasil, reafirmando o que o René colocou, a gente historicamente tem conseguido manter a nossa Basiléia estável com a geração de resultados no próprio Banco do Brasil.

E em vista das sinergias que a gente espera capturar com a Nossa Caixa, a gente acredita que temos condições de fortalecer ainda mais esse resultado. É claro que o Banco do Brasil sempre tem uma postura bastante conservadora, e qualquer decisão tem que ser formalmente comunicada ao mercado, mas, por enquanto, a questão da Basiléia é bastante confortável para nós, e não nos atrapalha na estratégia de crescimento da nossa carteira de crédito.



Aldo Luiz Mendes:

Deixa-me falar um pouco da integração, que foi a sua segunda pergunta. A nossa experiência de incorporação do BESC tem sido um laboratório muito interessante. Nós fizemos a incorporação sem qualquer sobressalto; é claro, é um banco menor, mas a questão da essência do que tem que ser feito nós já sabemos, é questão agora só de dimensionar para uma escala maior, que é a escala da Nossa Caixa, superior ao BESC.

Nós montamos grupos de trabalho, nós deslocamos pessoas para a região; esses grupos de trabalho começaram a funcionar alguns meses antes da efetiva incorporação. O mesmo a gente pode fazer agora com Nossa Caixa, para ir integrando sistemas, tesouraria, área de risco, crédito, todas as áreas.

De fato, quando a gente virou a chave do Banco do Estado de Santa Catarina, a gente não teve nenhum sobressalto, nenhuma solução de continuidade, a coisa aconteceu de forma muito suave, muito redonda, e a gente acredita que esse aprendizado do Banco do Estado de Santa Catarina vai ser muito útil agora, com o banco de São Paulo, com o Banco Nossa Caixa.

Carlos Macedo:

Está bom. Muito obrigado Aldo, obrigado Geovanne.

Marcelo Telles, Credit Suisse:

Bom dia a todos. Eu queria voltar a questão do índice de Basiléia, desculpe insistir nesse ponto. Pelo que eu entendi da apresentação de vocês, esses 12,8% não consideram a potencial incorporação da Nossa Caixa ao Banco do Brasil. Eu queria saber, se você incorporar a Nossa Caixa dentro do Banco do Brasil, qual seria esse novo índice de Basiléia? E também, qual é o tratamento dado ao ágio que vai ser criado, quer dizer, se vocês vão fazer uma amortização integral desse ágio ou não, e como isso impacta a sua Basiléia.

A outra pergunta em relação à folha de pagamento dos funcionários do Estado de São Paulo, existe algum acordo, vocês conseguiram negociar alguma coisa em termos de quanto tempo vocês vão ter essa folha de pagamento da Nossa Caixa? Existe algum risco, que em uma troca de governo isso possa ser revisado? Se puder falar um pouco disso, eu agradeceria? Obrigado.

Marco Geovanne Tobias da Silva:

Vamos dividir aqui as duas perguntas. Em relação à primeira, da Basiléia, voltando. Essa simulação que a gente apresenta já pressupõe a aquisição da Nossa Caixa, então a gente tem todo o impacto dos ativos da Nossa Caixa que a gente adquiriu, inclusive do ágio contabilizado.

Então, tudo isso aumenta os seus ativos ponderados pelo risco, fazendo com que você tenha um impacto aí negativo, reduzindo a nossa Basiléia.

O seu outro ponto em relação a Basiléia, qual era mesmo?



Marcelo Telles:

Era em relação à amortização integral do ágio. Eu queria entender qual vai ser o reconhecimento dessa amortização. Vocês vão amortizar integralmente, ou vão deixar isso e vão amortizando com o tempo? A gente viu outros bancos, no geral eles acabam fazendo amortização integral do ágio, então queria saber qual vai ser o tratamento de vocês.

Marco Geovanne Tobias da Silva:

Eu vou pedir para o nosso contador, Pedro Mello, para falar um pouco sobre essa questão da contabilização e amortização do ágio.

Pedro Mello:

A amortização do ágio ainda não está definida, mesmo porque nem as regras contábeis, nem as regras fiscais estão definitivamente estabelecidas. Certamente, ainda terá que ser feito um estudo para saber quanto que é efetivamente a diferença do valor de mercado de ativos, e quanto que representa o *goodwill*.

Pelas novas regras, o *goodwill* não poderá ser amortizado. Então ainda depende das determinações da Receita Federal, para saber se, mesmo sem amortizar, terá dedutibilidade fiscal ou não. Enfim, a amortização do ágio ainda não está definida.

Marcelo Telles:

Até complementando nesse ponto, se por acaso o Banco do Brasil tiver que amortizar esse ágio integralmente, isso reduziria a sua Basiléia?

Pedro Mello:

Não está nos planos do Banco do Brasil amortizar integralmente o ágio, porque não teria lógica sob o sentido contábil, uma vez que o investimento foi feito e ele é um ativo do Banco. Então não cabe amortização integral, a menos que pudesse ser só uma amortização fiscal, dependendo ainda das regras transitórias que a Receita Federal possa estabelecer.

Aldo Luiz Mendes:

Com relação à questão da folha, Marcelo, que você nos endereçou, não há nenhum acordo adicional sobre a folha de pagamento. O contrato que está assinado entre Governo de São Paulo e o Banco Nossa Caixa continua em vigor até o seu vencimento.

Sua pergunta “ah, não existe o risco de um novo governante mudar isso?”, isso é um risco do negócio folha de pagamento em qualquer situação, em qualquer nível de governo, em qualquer estado, em qualquer município. É risco do negócio.

Mas a gente não acredita nesse risco, porque se um governante faz isso, ele perde a credibilidade junto ao próprio sistema financeiro. Se ele fez hoje com um banco, amanhã poderá fazer com outro, e qualquer outro banco que venha a oferecer esse serviço levará isso em consideração na hora de precificar.



Marcelo Telles:

Quando é o vencimento do contrato?

Aldo Luiz Mendes:

A princípio, 2012.

Marcelo Telles:

OK. Muito obrigado.

Jorg Friedemann, Merrill Lynch:

Obrigado. Eu gostaria de endereçar dois pontos aqui; o primeiro deles, em relação aos depósitos judiciais. A gente viu o Bradesco brigando, inclusive na Justiça, no CNJ, por uma aquisição que eles teriam feito de uma folha de depósitos judiciais no Estado do Rio de Janeiro, elevando o preço que esses leilões tinham no passado.

A minha pergunta é: até quando vocês têm, hoje, essa conta de depósitos judiciais da Nossa Caixa, e se vocês prevêm de repente uma mudança de patamar de precificação, mesmo com a decisão favorável do CNJ para o Banco do Brasil, que esses depósitos judiciais devem ser geridos por bancos oficiais? Eu acredito que ainda cabe um recurso, via Supremo Tribunal, para o Bradesco, e eu me preocupo, então, em saber se alguma coisa mudou na precificação, e quando vocês vão renegociar esses contratos. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta, eu entendi que vocês estão aproveitando essa janela da MP 443 para fazer a aquisição da Nossa Caixa, e acho que é perfeitamente compreensível. Mas eu entendi também que liderança me parece um ponto bastante importante para o controlador, pelo que a gente tem ouvido até pela mídia.

Então a minha pergunta é se o Banco do Brasil vai continuar indo atrás dessa liderança. A gente pode esperar vocês utilizando essa janela para buscar, de novo, essa liderança que parece tão importante para o controlador? Obrigado.

Aldo Luiz Mendes:

O prazo do depósito judicial é 2017, e a precificação não muda, é exatamente a mesma, a gente assume também o contrato, exatamente como ele está, com o Governo de São Paulo.

Com relação à liderança, a gente aqui no Banco, a gente não acredita na busca da liderança pela liderança; a gente entende a liderança como a consequência de um trabalho consistente de crescimento, de busca de espaço e de busca de geração de valor para os acionistas majoritários e minoritários.

Então a liderança, se vier, virá como consequência desse trabalho. Ela não é um objetivo por si só, ela é uma consequência.



Jorg Friedemann:

OK. Só um *follow-up*, Aldo, existe alguma outra discussão em andamento que não tenha sido ainda colocada para o mercado, ou a única que existe mesmo seria a do BRB?

Aldo Luiz Mendes:

Apenas o BRB.

Jorg Friedemann:

OK. Muito obrigado.

Alcir Freitas, Itaú Corretora:

Bom dia senhores. A minha pergunta é a seguinte: vocês fizeram várias simulações aqui de ganhos de sinergia em cenários de aumento de crédito da Nossa Caixa. Mas assumindo uma situação bastante dramática, do tipo zero de crescimento de crédito dentro da Nossa Caixa, ainda assim imagino que tenha um ganho de sinergia, que a incorporação da Nossa Caixa deve diminuir o custo médio de funding do Banco do Brasil, ou seja, dado que você está trazendo uma liquidez muito grande para o seu balanço, a sua necessidade de captação junto a, por exemplo, institucionais, que é uma captação mais cara, deve diminuir.

Nesse sentido, eu queria saber se você tem alguma conta, algum número, quanto que isso traria de ganho de sinergia, mesmo se crescesse zero e se você estivesse trocando, assumindo que você está trocando captações mais caras por captações mais baratas da Nossa Caixa?

Marco Geovanne Tobias da Silva:

Na prática, na realidade a gente não fez esse tipo de avaliação, mas é simples. É só você ver o custo, a grande captação que a gente vai trazer é TR mais 6%, e isso, proporcionalmente, em um volume total de captação é fácil chegar a essa conta, partindo de um pressuposto de uma estabilidade na carteira, caso a gente não conseguisse gerar crédito em função de um impacto muito maior na economia com a crise.

Então, de fato a gente já sente hoje, na captação do Banco do Brasil, em função do fenômeno *flight to quality* uma melhoria no custo de captação; adicionados esses volumes extras de captação da Nossa Caixa, sem dúvida alguma, isso melhora pelo lado do custo da captação.

Alcir Freitas:

Se vocês me permitirem só mais uma pergunta, com relação à Basileia. Existe a possibilidade de haver uma volta daquela questão dos créditos tributários, que reduziram a Basileia do Banco do Brasil? Existe a possibilidade de o Banco Central voltar com aquela medida, e assim vocês poderem considerar os créditos tributários como seu patrimônio de referência, e assim melhorar o índice da Basileia de vocês? Ou vocês vêem isso como uma coisa fora de questão neste momento?



Renê Sanda:

Essa questão do crédito tributário, o que excede 40% a gente é obrigado a abater do PR nível 1. A gente tem feito algumas diligências junto ao Banco Central para permitir a flexibilização desse percentual de 40% para algum índice acima de 50%.

Acima de 57%, se não me engano, já zeraria aquilo que a gente reduz o PR, mas a gente não está contando com isso para ser um K viável, para poder fazer a aquisição da Nossa Caixa. A gente entende que, mesmo mantidas essas condições, a gente teria o nível de alavancagem suficiente.

Alcir Freitas:

Está bom. Só mais uma questão: vocês ainda tem espaço para emitir dívida subordinada, a ser considerada como patrimônio de referência de vocês?

Renê Sanda:

O nosso espaço para dívida subordinada, que hoje é ocupado pelo FCO, um fundo do Centro Oeste, é muito pequeno, está na faixa de R\$700 milhões, porque ele é limitado a 50% do capital do Nível 1. Mas nós temos um espaço muito amplo para fazer a emissão daquilo que o Aldo mencionou, do instrumento híbrido de capital e dívida, que é uma dívida Nível 2, mas está subordinada a 100% do capital Nível 1. Nesse tipo de dívida, a gente teria um valor acima de R\$10 bilhões para poder emitir.

Alcir Freitas:

Está ótimo. Obrigado.

Maria Laura Pessoa, Unibanco:

Bom dia a todos. Parabéns pela aquisição. Queria perguntar sobre as parcerias. Como é que fica a parceria com a SulAmérica, tendo em vista que a Nossa Caixa já tinha um acordo com a Mapfre? Eu sei que em diferentes produtos de seguro, mas teria essa exclusividade por 20 anos.

E também com relação aos outros produtos; eu entendo que a Icatu também tem uma parceria com a Nossa Caixa? Se puderem também explicar um pouco como funciona isso, eu agradeço. Obrigada.

Aldo Luiz Mendes:

De fato nós vamos ter que sentar e analisar essa questão. Nossa Caixa tem um contrato assinado com uma determinada seguradora, nós temos parceria com outra, enfim, nós vamos ter que achar o ponto de equilíbrio para isso. Isso é uma coisa que a gente não teve condições nem tempo hábil de tratar antes da aquisição, mas iremos sentar e negociar, e ver qual é a melhor solução para todas as partes envolvidas.

Magali Bim, Águas Claras Investimentos:

Bom dia. Eu tenho algumas perguntas em relação ao cronograma. A primeira coisa, a aprovação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, que no cronograma



está como D2 e a aprovação pelo BACEN D3. Isso já está sendo feito, vai ser feito essa semana, ou já foi feito?

Marco Geovanne Tobias da Silva:

A gente está correndo para conseguir essa aprovação por parte da Assembléia Legislativa antes do período de recesso legislativo, ou seja, em meados de dezembro. A gente estava aguardando a anuência do Tribunal de Justiça de São Paulo, por conta dos depósitos judiciais que o Aldo já mencionou, eles serão transferidos todos para o Banco do Brasil, sem ajuste de contrato, com validade até 2017.

Parece-me que isso essa semana está sendo resolvido, e aí na seqüência a gente poderia já chamar a Assembléia de Acionistas do Banco do Brasil, até para facilitar a aprovação no âmbito da Assembléia Legislativa.

Então tudo indica que até meados de dezembro a gente consegue essa aprovação, e aí o Banco Central vai ser decorrência disso. Então a gente está trabalhando para fazer tudo isso aí ainda neste 4T.

Aldo Luiz Mendes:

A informação que nós temos, Magali, é que essa Lei que vai ser encaminhada para a Assembléia será encaminhada junto com o orçamento do Estado, que tem que ser aprovado também este ano.

Magali Bim:

OK. Minha outra pergunta seria em relação aos minoritários da Nossa Caixa. Eu vi que a publicação do edital da OPA ocorreria, mais ou menos, em no máximo duas semanas, é isso mesmo? D3 mais 10 é isso?

Marco Geovanne Tobias da Silva:

A D3 é aprovação pelo Banco Central, não é isso?

Magali Bim:

Não, você tem publicação do edital da OPA, D3 mais 10.

Marco Geovanne Tobias da Silva:

Isso, D3, o dia 3, seria a aprovação da transação pelo Banco Central. A gente acredita que isso vai acontecer provavelmente depois de março; está vendo ali, março de 2009, fechamento e liquidação financeira. Ou seja, a gente faria o registro da OPA na CVM, provavelmente ali no mês de março, vai ser quando vai acontecer isso.

Magali Bim:

OK. Então quer dizer que eu começo a contar então a partir de março?



Marco Geovanne Tobias da Silva:

Provavelmente. A gente vai tentar aprovar isso no âmbito da Assembléia Legislativa ainda nesse 4T, e o Banco Central deve dar sua resposta até março. Essa é a nossa estimativa, então ele teria prazo para avaliar a operação e dar sua resposta, provavelmente em dois meses.

Tudo bem que você pega festas de final de ano, você tem Carnaval, então você já sabe como essas coisas funcionam.

Magali Bim:

Então quer dizer que a OPA, em si, ela só se realizaria depois de março, com a aprovação?

Marco Geovanne Tobias da Silva:

Sim, de acordo com o nosso cronograma, a partir de março que a gente faria o registro na CVM.

Magali Bim:

Está OK. Obrigada, Geovanne.

Catarina Pedrosa, Banco Banif:

Bom dia a todos. Eu só queria entender, ainda na parte dos minoritários, o pagamento a eles vai ser a vista ou vai ser parcelado igual está sendo feito ao Governo de São Paulo?

Marco Geovanne Tobias da Silva:

Esse é um ponto que a gente ainda está discutindo com o nosso Jurídico, porque o espírito do *tag-along* é você oferecer ao minoritário as mesmas condições oferecidas ao controlador. Isso significaria, então, eu oferecer o preço, que tem que ser igual, atualizado pela Selic, pago em 18 prestações.

Mas existe aí uma questão operacional para ser resolvida, porque você tem muitos pequenos investidores da Nossa Caixa que teriam jus a, sei lá, R\$10 para receber. E se eles entrassem na OPA, e você pagar em 18 prestações, você não teria nem uma unidade monetária, ou o valor a ser pago seria muito maior do que o custo da transação.

Então tudo isso a gente está avaliando, e, claro, a Lei não proíbe o Banco do Brasil de oferecer condições um pouco mais vantajosas para o minoritário, eu tenho que, pelo menos, ser igual. No mínimo. Mas a gente ainda não tem a decisão, e esperamos que essas discussões sejam levadas para a Assembléia do Banco, e na hora em que a gente for fazer o registro da OPA, traríamos esse detalhamento, conforme eu já disse durante a teleconferência.

Mas, só para você saber, o nosso espírito é que a gente ofereça as condições que sejam, de fato, vantajosas, que não prejudiquem.



Catarina Pedrosa:

Está OK. Obrigada.

Jorg Friedemann, Merrill Lynch:

Obrigado novamente. É só uma pergunta em relação às folhas de pagamento. Vocês têm idéia de qual é o salário médio do funcionário do Banco do Brasil e o salário médio do funcionário da Nossa Caixa? Obrigado.

Aldo Luiz Mendes:

Jorg, na média, o salário da Nossa Caixa é um pouco abaixo do Banco do Brasil.

Jorg Friedemann:

OK. Você não tem idéia de, mais ou menos, percentual, só para trabalhar aqui alguma coisa de modelagem?

Aldo Luiz Mendes:

É difícil, porque não é muito fácil comparar as duas estruturas salariais diretamente, e uma média simples disso poderia distorcer, porque você tem as faixas salariais. Eu posso fazer o seguinte: dar uma olhada nisso com mais calma para dar um número um pouco mais preciso depois. Qualquer número que eu diga agora vai estar impreciso.

Marco Geovanne Tobias da Silva:

Jorg, você poderia tentar fazer uma estimativa, mas acho que ela seria bastante grosseira, pegando essa informação que a gente colocou na lâmina. Você tem 6,5% que ganham acima de R\$4 mil, então, por conservadorismo, você considera uma média de R\$4 mil. E você tem cerca de 30% que ganham de R\$800 a R\$4 mil. Ah, perdão, aquilo são clientes. Eu estou misturando as bolas aqui, Jorg. Perdão.

Eu acho que a gente teria que perguntar para o Governo do Estado de São Paulo para saber qual a média do salário de lá.

Aldo Luiz Mendes:

A gente vai dar uma olhada nisso com mais calma, a gente tem alguma informação sobre isso, mas eu não estou com ela aqui agora. O que eu sei é que, na média, é um pouco abaixo da nossa estrutura, mas se eu der uma média seca ela vai ser pouco representativa, porque a variância é muito elevada.

Jorg Friedemann:

É claro. Obrigado Aldo, obrigado Geovanne.

Operadora:

Com licença, não havendo mais perguntas, passo a palavra ao Sr. Aldo Luiz Mendes, para as considerações finais.



Aldo Luiz Mendes:

Agradeço a todos a presença nesta nossa teleconferência, esperamos ter sido úteis no auxílio do *disclosure*, da transparência da operação, e, como sempre, estamos disponíveis no site, nosso Portal BB, no site de RI, para todas as questões que os senhores queiram nos endereçar.

Muito obrigado, um bom dia a todos.

Operadora:

A teleconferência do Banco do Brasil está encerrada. Agradecemos a participação de todos, e lembramos que o material utilizado nesta teleconferência está disponível no Portal BB, na página de Relações com Investidores.

Obrigada pela participação, tenham um bom dia.

“Este documento é uma transcrição produzida pela MZ. A MZ faz o possível para garantir a qualidade (atual, precisa e completa) da transcrição. Entretanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais falhas, já que o texto depende da qualidade do áudio e da clareza discursiva dos palestrantes. Portanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais danos ou prejuízos que possam surgir com o uso, acesso, segurança, manutenção, distribuição e/ou transmissão desta transcrição. Este documento é uma transcrição simples e não reflete nenhuma opinião de investimento da MZ. Todo o conteúdo deste documento é de responsabilidade total e exclusiva da empresa que realizou o evento transcrito pela MZ. Por favor, consulte o website de relações com investidor (e/ou institucional) da respectiva companhia para mais condições e termos importantes e específicos relacionados ao uso desta transcrição.”